
VISÕES SOBRE GRAVIDEZ: SINGELAS ANÁLISES DA HISTÓRIA DA MATERNIDADE

Roseilda Maria da Silva
Universidade Federal de Campina Grande
roseufcg@yahoo.com.br

“A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos”.

*Mary Del Priore*¹

Algumas tendências tradicionais, principalmente a partir do século XIX, ainda podem ser observadas na recente historiografia. Suscetíveis em seus paradigmas e temas, tais tendências andam ao lado de concepções que, apesar da ânsia na busca de novas temáticas ainda se perpetuam modelos tradicionais de escrita histórica.

Por volta da década de 1970, uma nova tradição francesa surgia na historiografia: a 3ª Geração dos Annales. Tal geração trouxe consigo uma série de inovações temáticas bastante ousadas para então: morte, saúde, medo, doenças, riso, amor e demais sensibilidades humanas; incluem-se neste hall, os estudos sobre gêneros e gerações como a infância, a velhice, além dos estudos sobre sexualidade. Uma dessas introduções foi a da história das mulheres em seus muitos aspectos como namoros, casamentos, condição social em épocas específicas, mercado de trabalho, das sensibilidades femininas e da própria sexualidade. Mas nos inquieta uma coisa bastante simples: a pouca visibilidade dos vários estudos feitos por historiadores, sociólogos, enfermeiros e outros acadêmicos sobre as mulheres em seu período gestacional e nas suas condições maternas sócio-históricas.

¹ DEL PRIORE, Mary. “Apresentação”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 7 – 10.

A ausência de um viés histórico nos aspectos que envolvem o período da gestação nos incomoda e nos faz questionar porque uma temática que sempre esteve presente na história das sociedades, sendo apresentada por profissionais de outras áreas com abordagens das mais variadas e ter despertado pouco interesse dos historiadores em seus trabalhos acadêmicos, negligenciando-se uma história das mulheres grávidas.

Ater-nos-emos a alguns pesquisadores que trabalharam a temática para dar respaldo aos nossos argumentos. Dentre os autores utilizados estão aqueles que participaram da coletânea *História das Mulheres no Brasil*, pois entendemos que esta publicação é uma das mais significativas na área por dar visibilidade a essa história em vários períodos distintos, desde a colônia portuguesa até a atualidade. Assim, tentaremos mostrar como essa maternidade tem sido construída e escrita na historiografia.

1. Espaços e Corpos Femininos (des) mistificados na América Colonial Portuguesa

Diz Emanuel Araújo² que, no período colonial da América portuguesa, desde menina, a mulher era educada para o matrimônio, seja este por amor ou por negócio acordado entre pais e esposos, quando ela ainda estava sob domínio dos pais devia ser obediente, religiosa e se preparar para um futuro casamento. Ainda havia a idéia de “débito conjugal”, onde ambos, marido e mulher, deveriam cumprir o que havia sido estabelecido pela Igreja: a procriação de filhos.

Esse era um dos espaços nucleares de gestação que, cheios de normas da família, a mulher se preparava para a maternidade, momento, considerado por uma sociedade patriarcal, e marcado pela misoginia, o “auge” da vida da mulher. Era o período em que a futura mãe se apresentava enquanto imagem e semelhança da Virgem Maria, comparação estimulada pela Igreja que ao mesmo tempo propagava imagens da virgem grávida.

² ARAÚJO, Emanuel. “A Arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 45 – 77.

Não era a maternidade um momento de escolha da mulher, ou do casal, mas um momento imposto pelas normas familiar e da Igreja que entendiam o matrimônio enquanto meio supostamente exclusivo para a procriação. Na narrativa de Araújo³, pouca é a passagem que discute a maternidade e, mesmo assim, muito vagas são as considerações que faz sobre o assunto, voltando-se mais para a preparação do matrimônio e o comportamento ditado pela Igreja, que a mulher deveria ter para com seu esposo.

A “Madre” rege o Corpo Feminino

De acordo com Mary Del Priore⁴, o corpo feminino foi captado e pesquisado pelo saber médico já nos séculos anteriores ao XX. De acordo com a autora, no período colonial, a doença era percebida enquanto um castigo divino que atormentava os corpos com enfermos dos mais variados para que as pessoas fossem libertas dos pecados que cometiam e pudessem ser salvas.

O funcionamento do corpo da mulher foi observado a partir das crenças e magias que serviam de alicerce para as explicações das doenças no período colonial, no qual o conhecimento médico era limitado e os conceitos relacionados ao corpo feminino eram ainda mais. Além de não dar o devido apreço ou valor a esse corpo, a ciência médica passou a atormentar aquelas mulheres que adquiriram certo conhecimento informal sobre o próprio corpo, através das experiências transmitidas de mãe para filha, baseadas em orações, adivinhações e chás de ervas; ou seja, era uma maneira de complementar o exercício de um médico num período marcado tanto pela “insuficiência” médica como pela limitação dos saberes acerca das partes internas do corpo

Alerta Del Priore que, devido às limitações do conhecimento médico nesse período, a preocupação com o corpo feminino se limitava à reprodução. Em decorrência disso, os manuais e receituários mostravam-se interessados nos cuidados da *madre*⁵ e no entendimento de seu funcionamento; era um tipo de conhecimento “limitado” que entendia a madre em questão como

³ Idem.

⁴ DEL PRIORE, Mary. “Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 78 – 114.

⁵ Segundo Del Priore, “madre” era o nome dado ao útero no período colonial.

um território ainda muito secreto, além de perceber a mulher enquanto um ser reservado à procriação. Neste universo cheio de dúvidas e limitações:

A valorização da mãe como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido da sua realização e sim no de sua disciplina. Pensava-se que, ao contrair sua função reprodutiva, a mãe lançava a mulher numa cadeia de enfermidades, que iam da melancolia e da loucura até a ninfomania.⁶

Conforme Del Priore, a sangria era indicada pelos médicos dos séculos XVII e XVIII como algo que faria a higiene interna do corpo feminino e servia de remédio para outras doenças que faziam esse corpo adoecer. Até meados do século XIX, entendida como

santo remédio para o corpo da mulher, a sangria, sobretudo a “revulsória”, aparecia nos textos de medicina como socorro para os “partos e meses”, mas era também sistematicamente utilizada como paliativo para outras enfermidades (...) de acordo com uma visão analógica dos males femininos, a medicina recomendava que se sangrassem as mulheres “nas suas enfermidades que são produzidas por falta de evacuação” sempre nos pés, pois neles “concentrava-se o sangue mais infecto, que é o que está nos vasos inferiores”. Mais uma vez, tributava-se ao bom funcionamento do útero a saúde da mulher.⁷

De acordo com a autora, o pouco conhecimento do corpo feminino da época fez muitas mulheres se submeterem a determinadas práticas (como a da sangria) colocando sua vida em risco. Mesmo antes de darem a luz, algumas parturientes passavam por essa prática que já era tradicionalmente recomendada no período da gestação; agindo assim, os médicos acreditavam que estariam evitando doenças e também a perda do sangue no momento do parto que muitas vezes, devido a tais práticas, este era marcado por uma suspensão momentânea da ação do coração, convulsão, entre outros problemas que contribuíam para tornar esse momento, que pode ser considerado bastante sublime, já que marca o início de uma nova vida, em um

⁶ DEL PRIORE, Mary. “Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 83.

⁷ Idem, *ibidem*: 97 – 98.

sofrimento para a mulher, chegando, em alguns casos, à morte. Como podemos observar na citação, eis um relato de momentos antes de uma parturiente morrer após o parto:

Tendo-lhe sido aplicado o milagroso remédio da sangria “na mesma parte da dor”, a jovem mulher “entrou nas de parir”. O parto desenrolou-se com sucesso, mas, passadas algumas horas, voltou-lhe a dor no corpo, e o médico sugeriu nova sangria local e outra no pé, de acordo com as fórmulas habituais. O dia seguinte da parturiente transcorreu entre pontadas de dor, “cansaço”, várias “sangrias no pé” (...) à altura da incompetência dos médicos e de suas sangrias: morreu ao terceiro dia com o ventre notavelmente retesado.⁸

As constantes sangrias eram o “antídoto” para as hemorragias incontroláveis, o que provavelmente era uma prática utilizada com as parturientes na tentativa de parar o sangramento que, muitas vezes, era interpretado pelos médicos como resultado de pecados cometidos. O pouco conhecimento do corpo feminino muitas vezes, de acordo com Del Priore, levou os médicos a confundirem alguns sintomas relacionados à gestação como eclampsia, dizendo que se tratava de um momento de história, além de verem-no como normal diante da dor ou do tempo em que as mulheres passavam em trabalho de parto. A sangria, para além do parto, também fazia parte do tratamento do corpo no combate às doenças que prejudicavam a saúde da mulher.

Diante dessa forma “brutal” de lidar com uma mulher prestes a dar a luz, porém bastante aceitável em uma época de conhecimento médico limitado, mais ainda em relação ao corpo feminino, havia todo um interesse médico sobre esse corpo, tanto no que diz respeito ao combate a qualquer situação que pudesse envolver superstição e/ou magia quanto a prepará-lo para a maternidade, pois “havia, na intenção da medicina, o desejo de curar, mas de curar para que as mulheres estivessem prontas para procriar, para que suas mães estivessem ativas e os homens pudessem continuar, assim, traçando uma representação idealizada e pacificadora do corpo feminino”.⁹

Essa falta de conhecimento sobre o corpo feminino, na Colônia, além de associar a bruxaria ao saber-curar das mulheres, alguns médicos da época acreditavam que elas eram

⁸ Idem, *ibidem*: 99.

⁹ Idem: 100.

geradoras de certa monstruosidade corpórea e isso confirmaria a sua aliança com o Diabo.

Com essa visão, resultado dessa falta de conhecimento sobre o corpo da mulher, esses médicos compreendiam esse corpo enquanto um animal capaz de gerar outros animais regidos pela “maldade”.

O Corpo da “Santa-mãe”

Conforme Del Priore, em *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*, a Igreja Católica defendia a imagem da “Santa-mãe”, na qual a mulher deveria ser submissa a Deus, ao seu esposo e também à sociedade, cultivando assim um espaço que fosse harmônico, baseado na devoção à divindade cristã, no comportamento exemplar perante seu marido, conforme era exigido para que ela vivenciasse a maternidade. Diante da carência de recursos sanitários, o momento da gravidez era causador de medo entre várias mulheres; estas, muitas vezes, viam-se entre a vida e a morte na hora do parto e, como é de se presumir, numa época em que restava à mulher as constantes proibições, esse medo se sucedia por longos períodos, nas muitas gestações, sendo acompanhado de perto por moralistas e médicos com as mais possíveis desconfianças¹⁰, além da associação entre pecado e doença que permeava o imaginário acerca do corpo feminino.

Em um momento histórico em que a maternidade não era uma escolha da mulher, mas uma de suas obrigações, dificilmente se pensava na “escolha de engravidar” ou em “métodos contraceptivos”. As mulheres que se tornassem vítimas dos “furores da madre”, os quais, na época, eram entendidos como castigo para aquelas que não queriam, ou mesmo aquelas que por outras razões não podiam ter filhos, não eram vistas como “dignas” da maternidade.

A “medicina colonial” não permitia a investida no conhecimento do corpo feminino que posteriormente, com o nascimento da ciência moderna os médicos tiveram, contribuiu para que eles atribuíssem as enfermidades daquelas mulheres à *madre* e, para curar o corpo, as mulheres

¹⁰ Algumas dessas desconfianças estão atribuídas aos “mistérios” que o corpo da mulher representava no período. Mistérios esses que a Igreja e os médicos diziam que as reações desse corpo (como a menstruação e a gravidez, por exemplo), eram causadas por monstruosidades ou sinuosidades que faziam malefícios às crianças ou mesmo aos adultos. Certas superstições permeavam as relações culturais das mulheres e seus corpos com o meio social: uma mulher menstruada não poderia chegar perto de crianças, por exemplo, pois se acreditava que estas morreriam.

eram submetidas (além das sangrias), a vomitórios e isolamentos, entre outras práticas que os médicos consideravam ser benéficas para “limpar” as impurezas que tornavam o corpo da mulher doente e as impediam da procriação, “santo papel” feminino. Como a mulher devia ser fértil, todas as doenças de seu corpo deveriam ser expulsas, para não atrapalhar o seu organismo na concretização da procriação e, nesse processo de organização da maternidade, o médico tentava determinar aquilo que, ao seu entender, fosse mais adequado para a futura mãe:

O roteiro previamente desenhado demonstra o interesse da medicina pela vida da mãe, mas também o proveito em organizar o parto. Determinando o que seria mais adequado à parturiente, o médico esvaziava conselhos caseiros, saberes domésticos e práticas eminentemente femininas sobre o “saber-fazer” o parto. Se não os esvaziava, tentava o mínimo sobrepor-los ou reorganizá-los com uma nova linguagem.¹¹

Ainda conforme Del Priore, a mulher colonial em trabalho de parto dependia não apenas de regras biológicas, mas também de toda a pressão que se fazia sobre a mesma, tanto da família, do saber médico, do poder religioso quanto de sua própria vizinhança: “instâncias estas que condicionam seus gestos, suas palavras e mesmos os sentimentos que comandam o modo de inserção da criança que nasce no cotidiano de uma comunidade”.¹²

Partindo para a época da interiorização e da descoberta das Minas Gerais, de acordo com Luciano Figueiredo¹³, havia a preparação da moça para cumprir todos os rituais do casamento, impostos pela Igreja e pela própria família, no intuito de instituir um novo ambiente familiar, com a chegada de filhos, re-elaborando um contexto matrimonial, que teve um percurso repleto de normas a serem seguidas, até os novos caminhos dessa recente família formada. Não importaria se o casal desfrutasse de posses para a formação de uma família ou a chegada de novos filhos, o que interessava para a época, de acordo com o autor, era garantir que as exigências institucionais da Igreja, da família e/ou da moral fossem cumpridas:

¹¹ DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995: 261. Apud. FARIAS, Rosineide Alves de. “Corpo Feminino, Maternidade e Medicina no Brasil”. In: *Do Parto Doméstico ao parto Hospitalar: discurso médico e identidades de parteiras na Contemporaneidade*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, Monografia de Especialização, 2006: 12.

¹² Idem: 285, ibidem: 13.

¹³ FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 141 – 188.

A política de defesa do casamento para a constituição de famílias legais e o combate às uniões consensuais ganharia força redobrada nas comunidades que se formaram rápida e atropeladamente nas Minas Gerais (...) a disciplina, a definição de papéis, a austeridade e a tolerância subjacentes ao modelo cristão de organização familiar tornavam-se elementos que justificavam os esforços da ordem temporal e espiritual. Cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo.¹⁴

Figueiredo diz que no período, também eram freqüentes os abortos espontâneos ou voluntários, bem como a morte de crianças logo após seus nascimentos. Prática comum era a dos constantes abandonos de filhos à porta de pessoas afortunadas economicamente. Práticas essas rotineiras que alcançavam a maior parcela da população menos favorecida. Vindos de uniões “legítimas” ou “ilegítimas”, os filhos demarcavam presença direta no cotidiano familiar e eram motivo para a realização de festas quando nasciam ou se batizavam, momento em que as famílias se aproximavam através do compadrio que, por sua vez, ampliava as possibilidades de relações de solidariedade e parentesco entre os casais.

O casamento e o nascimento dos filhos são descritos por Figueiredo sem que seja mencionado o período da gravidez, que não deixa de ser significativo entre esses dois momentos, pois no processo de formação fetal, as mulheres também tiveram seus anseios, encantos e desencantos, não unicamente nos seus casamentos ou na hora do parto. A gestação não é para a família um momento qualquer, principalmente para a mãe, que muitas vezes traz consigo toda uma pluralidade de sentimentos e afeições, indo além do desejo de ser mãe. Mesmo mostrando um “cenário” no qual se formaria uma família, bem como fazendo alguns comentários sobre a chegada de crianças no ambiente familiar, não percebemos no trabalho do autor passagens que se referissem diretamente à maternidade. Vejam que isso mostra o quanto nossa temática precisa ser ainda mais explorada de formas diversas.

Maternidade Indígena na Colônia

¹⁴ Idem, *ibidem*: 167.

Ainda no que diz respeito à maternidade, também na Colônia, Ronald Raminelli, único na coletânea citada que trabalha a temática, faz poucas considerações sobre a mesma no que diz respeito à família indígena¹⁵. Ele mostra que alguns dos cuidados com as parturientes e com os recém-nascidos eram de afazer dos homens que, além de seguirem certos rituais, deveriam permanecer junto à esposa durante três dias após o parto, não se alimentar de carne, não executar qualquer tipo de trabalho até o umbigo da criança cair, jejuar e ter um rigoroso repouso. Enquanto que a parturiente continuava exercendo normalmente as suas tarefas domésticas. O resguardo era do pai e não da mãe, era ele quem recebia as visitas, que era tratado com todo cuidado, como se estivesse doente:

Depois do parto (...) chegava então o período de resguardo. Alguns relatos de viagem contam que o marido não se contentava apenas em manter um rigoroso jejum; ficava o tempo todo sentado na rede, para que não pegasse nenhuma corrente de ar. As mulheres da tribo consolavam-no da pena e da dor sentida na hora do parto.¹⁶

Pois, assim, poucos são os comentários de Raminelli sobre a maternidade e quando ele aborda a problemática, apenas se refere aos rituais que índios e índias seguiam após o nascimento de um filho.

2. Higiene e Psiquiatria: a maternidade elaborada na *modernidade*

Jurandir Freire¹⁷, em suas narrativas sobre a mãe higiênica, entre os séculos XVIII e XIX, faz menção à questão materna a partir de um aspecto histórico desse momento: a amamentação. Para isso, ele discute alguns dos processos e da significância que esse período tem na vida de

¹⁵ O autor em questão refere-se à família indígena pertencente à tribo dos Tupinambás, habitantes do litoral da colônia portuguesa entre os séculos XVI e XVII. Cf. RAMINELLI, Ronald. "Eva Tupinambá". In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 11 – 44.

¹⁶ Idem, *ibidem*: 13.

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. "Homens e Mulheres". In: *Ordem Médica e Norma e Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979: 215 – 274.

uma mãe que, a princípio, foi transferido, conforme o autor, para a responsabilidade das escravas.

A recomendação de médicos indicando a amamentação por mulheres fuscas¹⁸ e morenas fez a elite branca optar pelas escravas negras e mulatas para os cuidados da amamentação; outro motivo teria sido difundido pelos discursos veiculados na Europa, chegando ao Brasil logo em seguida, de que as relações sexuais corrompiam o leite materno. Dessa forma, sem que a vida sexual do casal fosse atrapalhada e para não trazer danos à vida dos bebês, os casais recorriam às amas de leite. Acreditava-se que a prática de essas mulheres manterem relações sexuais durante o período de amamentação, poderia fazer com que o leite não fosse puro para a alimentação de uma criança. Para o autor, este foi apenas um resultado da falta de conhecimento das mães sobre a importância da amamentação materna para a vida de seus filhos.

Para Costa, diferentemente dos hábitos da mulher colonial, por exemplo, a oitocentista adquiriu novos hábitos reforçados por outros costumes – modas, festas, diversões – advindos com a sociabilidade urbana e isso teria contribuído para o desgaste das energias femininas, sem deixar espaço para a amamentação. Esse foi um comportamento codificado no discurso higiênico dos séculos XVIII e XIX como infração às leis da natureza, pois a mulher que não amamentava estaria contrariando a “vocação natural” de ser mãe, além de estar agindo de forma contrária a todas as fêmeas da classe dos mamíferos.

Gradativamente, a mulher teve o seu corpo desvelado e os fenômenos relacionados a ele, como a gravidez, foram melhor apreciados; de misterioso, com aspectos associados à monstruosidade, o corpo da mulher foi revelado pela ciência e apresentado pela mesma ao saber médico, que vem cada vez mais ampliando suas descobertas sobre vários atributos do corpo feminino.

Já a gravidez, parte integrante dessa “melhoria”, vem sendo vivenciada com “menores dificuldades” (apesar das ainda presentes dúvidas) no que diz respeito ao imaginário popular e porque não dizer com menos desconfiança e mais segurança de lidar com ele.

¹⁸ Termo utilizado por Jurandir Costa, provavelmente associando-o às mulheres negras. Cf. Idem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO**, Emanuel. “A Arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 45 – 77.
- COSTA**, Jurandir Freire. “Homens e Mulheres”. In: *Ordem Médica e Norma e Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979: 215 – 274.
- DEL PRIORE**, Mary. “Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 78 – 114.
- _____. “Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 83.
- _____. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995: 261.
- FARIAS**, Rosineide Alves de. “Corpo Feminino, Maternidade e Medicina no Brasil”. In: *Do Parto Doméstico ao parto Hospitalar: discurso médico e identidades de parteiras na Contemporaneidade*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, Monografia de Especialização, 2006: 12.
- FIGUEIREDO**, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 141 – 188.
- RAMINELLI**, Ronald. “Eva Tupinambá”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006: 11 – 44.